

# Arquivos Municipais: nótulas ao 4º inquérito nacional

*Cristiana Freitas*

Arquivo Municipal de Ponte de Lima

Largo Dr. António Magalhães

4990-056 Ponte de Lima

Tel.: 258900425

[arquivo@cm-pontedelima.pt](mailto:arquivo@cm-pontedelima.pt)

*Vitor Marinho*

Arquivo Municipal de Ponte da Barca

Praça Dr. António Lacerda

4980-620 Ponte da Barca

Tel.: 258480180

[vmarinho@cmpb.pt](mailto:vmarinho@cmpb.pt)

## RESUMO

No 10º Encontro de Arquivos Municipais, que teve lugar em Leiria, em 2011, foram revelados e disponibilizados a todos os profissionais e à comunidade científica em geral os resultados do 3.º Inquérito aos Arquivos Municipais, dando a conhecer e atualizando, dentro do possível, os dados sobre estas unidades administrativas e culturais.

Decorridos três anos, a presente comunicação tem como objetivo a atualização dos dados mencionados, bem como a obtenção de outros dados que, para além de dar a conhecer a realidade dos arquivos municipais a nível nacional, permitam aferir o seu contributo para a promoção da competitividade das respetivas autarquias, e ainda, obter informações específicas para alimentar o diretório que a BAD pretende implementar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquivos Municipais, Administração local, Modernização administrativa

## INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem como objetivo apresentar os resultados do 4º Inquérito Nacional aos Arquivos Municipais, tarefa que nos foi delegada pelo Dr. Maranhão Peixoto, a quem coube a coordenação dos inquéritos anteriores.

Trata-se, por conseguinte, de mais uma etapa de um projeto iniciado em 1998 pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da BAD (GTAM-BAD) do qual faziam parte: António Maranhão Peixoto (Coordenador), Alda Padrão Temudo, Clara Pavão Pereira, João Sabóia, Paula Cristina Vieira França.

Os resultados do primeiro inquérito foram apresentados no 5º Encontro Nacional dos Arquivos Municipais (ENAM), que decorreu em Sintra, em 2000, numa comunicação intitulada “*Arquivos Municipais: Situação: Informação Recolhida entre Abril de 1998 e Março de 2000*”.

No 7º ENAM, que decorreu em abril de 2006, em Torres Vedras, foi apresentado o “*2º Inquérito dos Arquivos Municipais*”, com base em informação recolhida entre outubro de 2005 e 6 abril de 2006. Nessa altura, a comissão permanente do GTAM-BAD era constituída por António Maranhão Peixoto, João Sabóia e Pedro Abreu Peixoto.

Coube à Secção de Arquivos Municipais da BAD, constituída por António Maranhão Peixoto, Fernanda Rodrigues e João Sabóia, a apresentação dos resultados do 3º inquérito – “*Arquivos Municipais: nótulas ao 3.º Inquérito*” – durante o 10º ENAM que decorreu em novembro de 2011, em Leiria.

O presente inquérito, à semelhança dos restantes, teve a pretensão de dar a conhecer e de atualizar os dados referentes à situação dos arquivos municipais a nível nacional. Assim, procuramos aferir: o número de colaboradores afetos aos arquivos; se o serviço de arquivo está reconhecido na orgânica do município, mais concretamente, a que unidade orgânica corresponde e qual a sua dependência orgânico-funcional e, ainda, se o arquivo municipal tem ou não regulamento específico.

Por outro lado, com o intuito de ir ao encontro do tema proposto para o 11º Encontro de Arquivos Municipais – “*Arquivística e competitividade na Administração Local: ferramentas para a gestão da informação*” – foram introduzidos neste 4º inquérito nacional outros parâmetros para aferir o contributo dos arquivos municipais para aumentar o desempenho competitivo das respetivas autarquias e, por conseguintes, para a promoção de um ambiente dinâmico e aberto à mudança no que se refere à implementação de novas formas de interação com os cidadãos.

## OS ARQUIVOS MUNICIPAIS: ACTUALIZAÇÃO DE DADOS

Responderam ao 4º inquérito nacional 138 municípios, o que corresponde a 45%. Contudo, para este estudo foram apenas consideradas as respostas dadas por 131

municípios a nível nacional (43%), dado que os restantes 2% municípios responderam no sentido de informar que o serviço de arquivo não se encontra criado e/ ou está em fase de implementação.

Distritos e Regiões Autônomas	Municípios Inquiridos	Respostas obtidas	Taxas de resposta
Aveiro	19	10	53%
Beja	14	4	29%
Braga	14	6	43%
Bragança	12	6	50%
Castelo Branco	11	4	36%
Coimbra	17	6	35%
Évora	14	6	43%
Faro	16	10	63%
Guarda	14	5	36%
Leiria	16	6	38%
Lisboa	16	11	69%
Portalegre	15	7	47%
Porto	18	9	50%
Santarém	21	12	57%
Setúbal	13	9	69%
Viana do Castelo	10	10	100%
Vila Real	14	5	36%
Viseu	24	8	33%
Açores	19	3	16%
Madeira	11	1	9%
<b>Total</b>	<b>308</b>	<b>138</b>	<b>45%</b>

**Tabela 1: Taxas de resposta obtidas por distritos**

Seguindo o modelo estabelecido nos inquéritos anteriormente realizados, para além do preenchimento dos dados de identificação, cujo intuito é a atualização de dados para a eventual criação de um diretório nacional, procuramos conhecer se os arquivos municipais estão reconhecidos na orgânica do município e qual a sua dependência orgânico-funcional.

Das respostas obtidas podemos afirmar que 79% dos arquivos municipais se encontram reconhecidos na estrutura orgânica do respetivo município, mas apenas 63% diz possuir regulamento próprio.

No que se refere à orgânica predomina a dependência hierárquica da Divisão Administrativa seguida pela Divisão de Cultura. Salientamos, ainda, o facto de existirem alguns casos em que o arquivo municipal depende diretamente da Presidência.

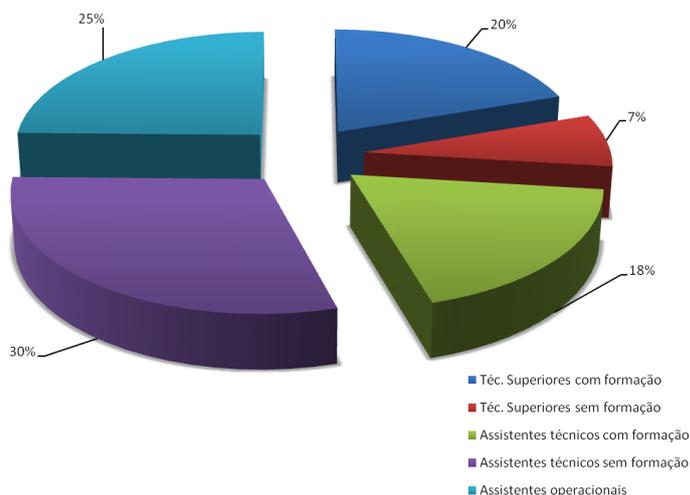
#### Recursos Humanos afetos aos arquivos municipais

No que se refere à aferição dos recursos humanos afetos aos arquivos municipais e comparativamente com os inquéritos precedentes, optámos por alargar o leque de opções no que se refere à qualificação dos profissionais.

Assim, procuramos tomar conhecimento do número de técnicos superiores com e sem formação na área de

arquivos, o número de assistentes técnicos com e sem formação na área de arquivos, bem com o número de assistentes operacionais a exercerem funções nos arquivos municipais.

Estão afetos aos 131 arquivos municipais 639 colaboradores, dos quais 245 têm formação específica na área de arquivos (126 técnicos superiores e 119 assistentes técnicos), o que equivale a apenas 38% do total de colaboradores.



**Figura 1: RH afetos aos Arquivos Municipais**

#### ARQUIVÍSTICA E COMPETITIVIDADE NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

A Administração Pública, em geral, e a Administração Local, em particular, pôs em prática uma série de ferramentas para a modernização, inovação, transparência, eficiência, eficácia e qualidade, bem como adotou novas formas de comunicação e de interação/mediação com o cidadão, designadamente através da disponibilização e prestação de serviços *online* centrados no cidadão.

Esta tendência é o resultado de uma sociedade global em que cada vez mais se privilegia o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura como fatores de desenvolvimento económico e social, que conferem ao cidadão um papel fundamental na definição dos princípios da *sociedade civil*, para o exercício da cidadania ativa e dinâmica. É a chamada nova economia “informacional, global e em rede” (CASTELLS, 2002, 95).

Para que o exercício da cidadania ativa possa ser efetiva é imperiosa a disponibilização e mediação de um espaço público multidiscursivo e democrático “*em que os cidadãos sejam não apenas autores de opiniões argumentadas mas também atores portadores de intervenções e de iniciativas, participando na agenda política*” (HANSOTTE, 2008, 12).

Ao permitir a reflexão e o debate em torno de questões comuns, o espaço público contribuiu para a formação de uma inteligência coletiva formada por e com os cidadãos. Efetivamente, por intermédio dos mundos virtuais podemos não só trocar informações, mas também pensar verdadeiramente em conjunto, unir as

nossas memórias e os nossos projetos para produzir um cérebro cooperativo. O mundo virtual é, sem dúvida, o meio de inteligência coletiva, não é nem o seu espaço exclusivo, nem a sua fonte, nem o seu fim (LÉVY, 1994).

A inovação e a competitividade resultam de um esforço coletivo que envolve mudanças na organização e que, por sua vez, resulta essencialmente de uma interação entre tecnologia e processos sociais.



**Figura 2: A Administração Pública na Sociedade da Informação e do Conhecimento (CARAPETO; FONSECA, 2014, 336 adaptado)**

Nesta conformidade e considerando a situação privilegiada da Administração Local face à maior proximidade com o cidadão/ munícipe pretendemos conhecer, através do inquérito submetido, qual o posicionamento e o contributo dos arquivos municipais e dos seus profissionais da informação na implementação de estratégias que visem aumentar a eficiência e melhorar o funcionamento organizacional. Mais concretamente, na implementação de uma dinâmica organizacional orientada para a inovação e, por conseguinte, para a uma cidadania aberta e participativa, aproveitando as potencialidades das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) para a aproximação dos serviços aos cidadãos.

### Gestão Integrada de Sistemas de Informação e Interoperabilidade

É consensual entre os profissionais de informação que a “gestão da informação é uma função que conjuga a gestão do sistema de informação e do sistema informático de suporte com a concepção dinâmica da organização num determinado contexto envolvente” (ZORRINHO, 1995, 20) e que o planeamento estratégico dos Sistemas de Informação são um fator chave da criação de vantagens competitivas e de valor acrescentado para a organização.

Assim, procuramos aferir o contributo dos arquivos municipais e dos seus profissionais de informação na escolha dos sistemas de gestão documental, bem como a existência de integração entre os diversos sistemas de

informação em uso nas respetivas autarquias de modo a possibilitar a gestão de todo o ciclo de vida da informação (conforme recomendado pela norma NP 4438-1-2: 2005 – que resultou da transposição da norma internacional ISO 15489 – em articulação com MoReq2010, ISO 30300 e 30301, ISO 9001, etc.).

Ou seja, procuramos avaliar se existe interoperabilidade interna e, por conseguinte se está implementado um sistema integrado de informação que permita “a tão necessária visão única e integrada do “cliente” e do seu relacionamento com a organização” (PINTO, 2005, 8).

No universo dos arquivos municipais que preencheram o inquérito apenas 34% afirmam possuir um sistema integrado de informação ativa e permanente. Contudo, paradoxalmente, no que se refere à interoperabilidade dentro da autarquia a situação inverte-se, uma vez que 55% dos municípios reconhece não haver interoperabilidade entre os sistemas de informação em uso na autarquia. É caso para questionar: existe ou não existe sistema integrado de informação? Como poderemos avançar para projetos de integração e interoperabilidade dos serviços públicos sem que as condições estejam efetivamente criadas dentro de cada uma das organizações?

O amplo uso das TIC, aplicada à produção, processamento, troca, disseminação e armazenamento de informação, entre outras questões, tem como principais objetivos a desburocratização e a simplificação dos procedimentos e dos processos de decisão. Na prática, isto traduz-se na redução e/ou eliminação da tramitação do papel dentro das organizações, o que pressupõe uma inevitável mudança de paradigma no contexto das organizações.

Nesta conformidade, solicitou-se informação relativamente ao meio utilizado para a circulação da informação, ou seja, se é efetuada por via digital, analógica ou de forma híbrida (analógica e digital).

Os resultados mostram que o procedimento mais utilizado para a circulação interna da informação é a forma híbrida (44%), seguida pela via exclusivamente digital (39%), enquanto apenas 17% das autarquias mantêm a tramitação exclusivamente pela via tradicional/ analógica.

### Gestão de informação: da génese ao destino final

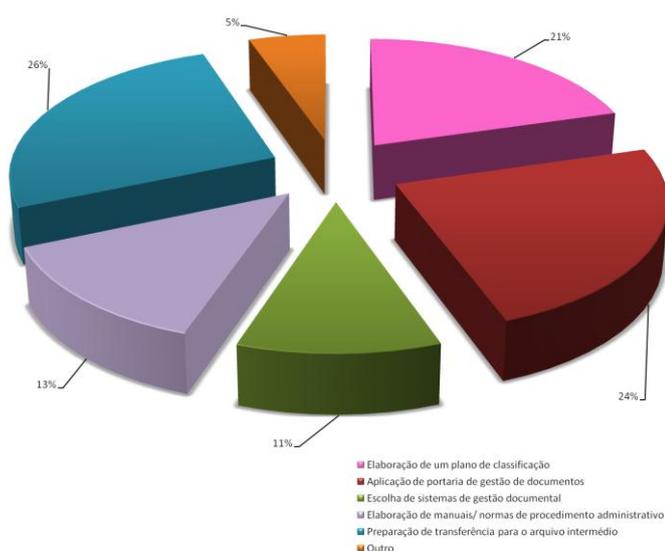
De maneira a conhecer em que medida é que os arquivos municipais prestam apoio aos arquivos correntes das respetivas autarquias procurámos identificar o tipo de apoio prestado.

Para o efeito, foram dadas várias hipóteses, com possibilidade de escolha múltipla: i) elaboração do plano de classificação; ii) aplicação da portaria de gestão de documentos; iii) escolha do sistema de gestão documental, iv) elaboração de manuais/ normas de procedimento administrativo; v) preparação da transferência para o “arquivo intermédio”; vi) outro.

Concluiu-se, a partir dos dados obtidos, que grande parte dos arquivos municipais presta simultaneamente vários tipos de apoio aos serviços produtores.

Conforme se pode verificar no gráfico abaixo representado, destaca-se, em primeiro lugar, a transferência de documentação cuja frequência ou periodicidade de uso é mais baixa e/ou já decorreu o prazo de retenção administrativa (26%), seguida de muito perto pela aplicação da portaria de gestão de documentos (24%) e pela elaboração de planos de classificação (21%).

Por outro lado, também se verifica que alguns arquivos municipais prestam apoio na elaboração de manuais e normas de procedimento administrativo (13%) e também participam na escolha dos sistemas de gestão documental adotados (11%).



**Figura 3: Apoio à gestão dos arquivos correntes**

Para além dos apoios mencionados, alguns arquivos municipais, num total de 5%, mencionaram que prestam apoio a outros níveis, designadamente: “*apoio na gestão da qualidade*”; “*esclarecimento de dúvidas*”; “*modelação de processos, análise e reformulação de circuitos documentais, elaboração de formulários, simplificação e modernização administrativa...*”; “*controlo de qualidade de documentos; formação e apoio aos utilizadores da aplicação de gestão documental, reengenharia de processos, implementação do atendimento multicanal*”; “*formação interna na área da gestão documental e arquivo*” e “*definição do circuito documental interno*”.

### Arquivos na Web 2.0: a formação de um espaço público aberto à comunidade

Com o intuito de aumentar o seu âmbito de ação os arquivos municipais, à semelhança dos respetivos municípios, têm recorrido à utilização de diversos canais de comunicação e redes sociais permitindo a formação e/ou a integração em comunidades virtuais.

Quando convenientemente organizadas, as comunidades virtuais representam um fator crucial no incremento do capital social e cultural disponível e, ainda, potenciam novas formas de atividade coletiva, centrada na difusão

e partilha de informações, conhecimentos, interesses, etc.

Entende-se por “*capital cultural o ecossistema de ideias que alimenta os indivíduos e o coletivo (...) traduz-se como a memória cultural de uma população, incluindo museus, redes de bibliotecas, editoras, arquivos, centros de documentação e toda a instituição que colabore nesse processo de registo. O ciberespaço, por sua vez, deve ser considerado como um lugar de convergência dessa memória cultural*” (LÉVY, 1994).

Isto significa que incumbe aos arquivos municipais um papel importante e determinante na divulgação e acesso à informação, bem como na capacidade de implementar estratégias que permitam um maior envolvimento dos clientes e demais *stakeholders*.

Contudo, denota-se claramente, a partir do inquérito, que a adoção das ferramentas da *Web 2.0* na comunicação com os clientes, bem como a disponibilização de serviços e de conteúdos *online* por parte dos Arquivos Municipais são ainda muitos ténues.

Apenas 37% dos inquiridos utilizam o *Website*, dos quais 9% tem *Website* próprio e 28% têm conteúdos disponíveis no *Website* dos respetivos municípios e, ainda, para os restantes 63% esta questão não se aplica. Por outro lado, salienta-se a existência de dois arquivos municipais que mencionaram possuir blogue.

Da mesma forma, a presença nas redes sociais por parte dos arquivos municipais são ainda muito pouco significativas. Sendo que, a ferramenta mais utilizada para a difusão de informação é o *Website* (do arquivo municipal e/ou do respetivo município) seguido do *Facebook* – rede social mais “popular” entre os arquivos municipais.

Plataformas da Web 2.0 utilizadas pelos Arquivos Municipais	
Websites	48
Facebook	23
Twitter	2
Youtube	2
Blogues	2
ISSUU	1
Lindkedin	1
Slideshare	1
Flickr	1

**Tabela 2: Arquivos Municipais na Web 2.0**

A tabela acima representada demonstra quais os canais escolhidos pelos 131 arquivos municipais, sendo que os distritos com um maior número de arquivos municipais a utilizarem canais de comunicação em rede são Lisboa e Setúbal.

As razões apontadas pela maioria dos arquivos municipais para o uso das redes sociais são

essencialmente a divulgação e promoção do serviço e das atividades desenvolvidas por este, bem como a difusão de informação.

Contudo, não se trata da implementação de um ambiente de participação e partilha dado que, na prática, a intercomunicação entre o serviço e o cliente/cidadão é inexistente. Com efeito, seria necessário montar os mecanismos necessários para ouvir os cidadãos e as suas sugestões e para lhes dar o *feedback* necessário.

### Avaliação do perfil dos clientes

Considerando a necessidade de manter um equilíbrio, entre o binómio *função administrativa* e *função cultural*, que confere aos arquivos municipais a dimensão de “*graneros de la historia y arsenales de la administración*” (ALBERCH FUGUERAS, 1991, 18), é natural que seja necessário dar resposta a diferentes perfis de utilizadores com distintas necessidades de informação.

Conclui-se do inquérito que a maioria dos arquivos, mais concretamente 78%, recebe clientes internos e externos, enquanto 19% apenas dá resposta aos clientes internos e 3% apenas a clientes externos (será este último provavelmente o caso dos denominados Arquivos Históricos).

Para uma noção mais concreta do perfil dos clientes que frequentam os arquivos municipais foi solicitado que indicassem os diferentes clientes externos a quem prestam atendimento: estudantes, investigadores/historiadores e/ou munícipes.

Entende-se por “investigadores/ historiadores” aqueles que procuram os arquivos como detentores de fontes primárias para a realização de trabalhos académicos e de investigação, enquanto “munícipes” são todos aqueles que se dirigem aos arquivos municipais para fazer valer o seu direito de acesso à informação para o exercício da cidadania.

Confrontados os dados, concluiu-se que os “maiores” frequentadores dos arquivos municipais são os investigadores/ historiadores e os munícipes *ex aequo*. Este resultado vai perfeitamente ao encontro da afirmação feita anteriormente sobre a dualidade dos arquivos municipais no que refere à função administrativa *versus* função cultural.

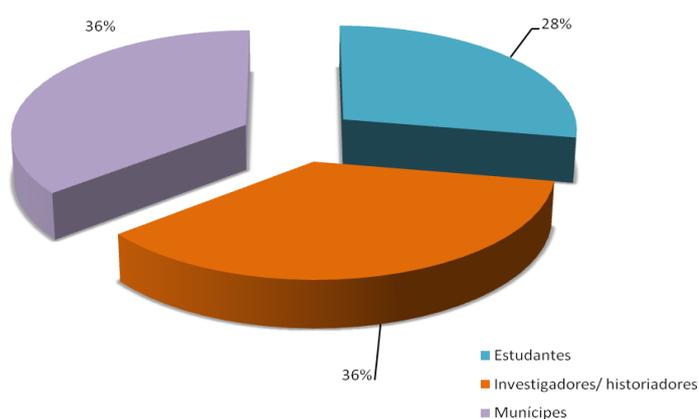


Figura 4: Perfil dos clientes dos Arquivos Municipais

Relativamente à disponibilização de instrumentos de pesquisa, cerca de metade dos arquivos municipais, num total de 51%, continuam a disponibilizar aos seus clientes instrumentos de pesquisa exclusivamente em formato analógico. Por sua vez, 20% dos arquivos municipais disponibilizam os instrumentos de pesquisa apenas em suporte digital e 29% optam por disponibilizar nos dois formatos (analógico e digital).

Entre outros serviços prestados pelos arquivos municipais aos seus clientes está o fornecimento de reprodução de documentos através de fotocópia, digitalização e/ou microfilmagem.

Nesta perspetiva, constatamos que 20% dos serviços de arquivo ainda não possuem mecanismos próprios de reprodução de documentos. Por sua vez, os restantes arquivos possuem mecanismos próprios para fotocópias (73%) e/ou para digitalização (68%). Constatou-se, ainda, que apenas um arquivo municipal salientou efetuar reprodução de documentos através da microfilmagem.

### Gestão do conhecimento

A modernização administrativa e a inovação como fator de competitividade da Administração Local assentam na utilização eficaz das TIC, como meio privilegiado para a gestão, acesso e preservação da informação e do conhecimento, e são o resultado de uma gestão estratégica tendo como objetivo último a prestação de serviços de qualidade ao cidadão.

Mais concretamente, “*a gestão do conhecimento consiste em colocar ao alcance de cada colaborador a informação que este necessita, no momento preciso, para que a sua atividade seja produtiva*” (CARAPETO; FONSECA, 2014, 336). Isto significa que nas organizações públicas, cuja hierarquia pretende ser cada vez mais horizontal, é fundamental o trabalho colaborativo bem como a partilha e difusão de informação e conhecimento.

É neste sentido que procuramos identificar se nos municípios está implementada alguma ferramenta colaborativa que potencie a inteligência e o conhecimento coletivo e que permita uma maior articulação entre os serviços através da partilha de informação/ conhecimento relacionada com as práticas diárias da organização – tal como a disponibilização de manuais, normas, guias, regulamentos, formulários, etc. – com recurso a *sites* de colaboração interna.

Dos arquivos municipais que responderam ao inquérito 52% utilizam as redes internas (*Intranet*) nos respetivos municípios como ferramentas colaborativas e os restantes 48% não dispõem dessa funcionalidade.

Se por um lado, as TIC desempenham um papel fundamental na modernização administrativa não é menos verdade que a sua correta e eficaz utilização está no potencial humano, isto é, na competência e na capacidade inovadora dos colaboradores para acrescentar valor à organização.

Efetivamente, os colaboradores são um fator chave para o sucesso das organizações tendo em conta o seu contributo para a memória organizacional, para a

inovação e para a melhoria contínua, cujo objetivo último é a satisfação dos clientes. Como tal, é fundamental que possam desenvolver e reforçar as suas competências de maneira a estarem preparados para os novos desafios impostos pela era digital.

Nesta conformidade, e visto a formação ser um fator fundamental para a qualificação de recursos humanos, procuramos aferir se nos últimos dois anos os colaboradores afetos ao serviço de arquivo tiveram oportunidade de atualizar, aprofundar e consolidar conhecimentos em ações de formação, *workshops*, palestras, etc. específicas e adequadas às novas exigências da organização.

Posto isto, conclui-se, a partir dos dados obtidos no inquérito, que em 131 arquivos municipais, com um total de 639 colaboradores (técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais) 72% dos arquivos municipais e respetivos colaboradores participaram em formações específicas na área de arquivos e/ ou em formações em outra áreas.

Contudo, verificamos que 28% dos arquivos municipais e respetivos colaboradores não participaram em nenhuma ação de formação nos últimos dois anos, não obstante estar estipulado por lei ser dever do empregador público “contribuir para a elevação do nível de produtividade do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional” (alínea d) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho). O mesmo diploma determina, ainda, que o “trabalhador tem o dever de frequentar ações de formação e aperfeiçoamento profissional na atividade em que exerce funções, das quais apenas pode ser dispensado por motivo atenuável” (n.º 12 do artigo 73.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho).

Gostaríamos ainda de acrescentar que, nesta matéria, a BAD em colaboração com as Comunidades Intermunicipais, enquanto entidades formadoras devidamente creditadas, poderiam desempenhar um papel relevante no sentido de colmatar as necessidades de formação dos profissionais de informação de maneira a dotá-los de competências para que estes sejam agentes facilitadores da mudança necessária à inovação como fator de competitividade da Administração Local.

### **Prestação de serviços de qualidade ao cidadão**

Numa Administração Pública aberta, transparente e centrada no cidadão a avaliação é uma componente essencial do novo modelo administrativo e baseia-se, sobretudo, na confiança nos serviços prestados e na *accountability*, isto é, na “responsabilização permanente dos gestores públicos em razão dos atos praticados em decorrência do uso do poder que lhe é outorgado pela sociedade” (ROCHA, 2011, 86).

Afigurou-se-nos importante aferir se é prática corrente nos arquivos municipais a utilização e/ou disponibilização de instrumentos de medição da satisfação dos clientes, como por exemplo um inquérito de satisfação distribuído aos clientes com o intuito de avaliarem a qualidade do serviço/atendimento prestados, visando uma melhoria contínua.

O resultado do inquérito revela que 65% dos arquivos municipais utilizam essa medida e os restantes 35% não recorrem a nenhum método para saberem se prestam serviços eficientes e de qualidade e se vão ao encontro das expectativas e das necessidades atuais e futuras dos seus clientes.

Sendo comumente aceite que “a qualidade constitui uma competência estratégica importante e uma arma-chave competitiva que não pode ser ignorada por nenhuma organização” (BRITO, 2010, 105), são já muitos os municípios portugueses que têm investido recursos na certificação dos seus serviços.

Constatamos através das respostas obtidas no inquérito que o número de arquivos municipais com certificação da qualidade é ainda residual, dado que 86% dos inquiridos não estão certificados contra apenas 14% que possuem sistemas de gestão de qualidade implementados e certificados segundo a norma 9001:2000.

Acrescentámos, ainda, que em boa medida “devem ser criadas condições organizacionais para que a gestão da qualidade e a gestão do conhecimento possam atuar como um processo contínuo e sinérgico e desta forma consigam promover um melhor desempenho e um consequente aumento de competitividade” (BRITO, 2010, 127).

### **OS ARQUIVOS MUNICIPAIS DE 1998 A 2014: ESTUDO COMPARATIVO**

Decorridos 14 anos desde a apresentação do 1.º inquérito nacional é altura de fazermos um breve balanço comparativo entre os resultados obtidos desde 1998 à atualidade.

Conforme se pode verificar na tabela abaixo representada, constatamos que a percentagem de respostas por parte das autarquias tem vindo a diminuir drasticamente ao longo dos anos. De uma taxa de 75% de respostas obtidas no 1.º inquérito, efetuado entre 1998 e 2000, passamos para uma taxa de apenas 45%, neste último inquérito.

Não podemos deixar de realçar o Distrito de Viana do Castelo, que espelha claramente a realidade dos Arquivos Municipais do Alto Minho, dado que o número de respostas obtidas vai aumentando, ao longo dos anos, à medida que os arquivos municipais são dotados de instalações e de recursos humanos específicos.

Em contrapartida o distrito de Beja apresenta no 1.º inquérito uma taxa de 100% de respostas mas, ao longo do tempo, vai diminuindo a sua participação nos inquéritos levados a cabo pela BAD.

Outro dado transversal a todos os questionários realizados até à presente data, prende-se com os recursos humanos afetos aos arquivos municipais (técnicos superiores e técnicos profissionais/assistentes técnicos com formação na área de arquivo).

Sobre essa matéria oferece-nos referir o facto de existirem, entre 1998 e 2000, 6 distritos sem nenhum técnico superior de arquivo a exercer funções nos

municípios e atualmente esta situação apenas se continua a verificar na Região da Madeira (contudo, é conveniente salvaguardar que na Madeira existem 11 municípios dos quais apenas um respondeu a este 4º inquérito nacional).

Verificamos, ainda, que a partir de 2009 o número de técnicos superiores com formação na área de arquivo a exercer funções em arquivos municipais tem vindo a superar gradualmente o número de técnicos

profissionais com formação na área de arquivo.

Poderá esta situação estar “apenas” relacionada com a reestruturação das carreiras dos trabalhadores que exercem funções públicas (Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro) ou ficará a dever-se também à falta de formação intermédia na área de arquivos que outrora conferia habilitação na carreira de técnicos profissionais BAD?

Distritos e Regiões Autónomas	Municípios Inquiridos	Número de respostas obtidas							
		1º Inquérito (1998-2000)		2º Inquérito (2005-2006)		3º Inquérito (2011)		4º Inquérito (2014)	
		Nº de respostas	Taxas de resposta	Nº de respostas	Taxas de resposta	Nº de respostas	Taxas de resposta	Nº de respostas	Taxas de resposta
Aveiro	19	15	79%	14	74%	12	63%	10	53%
Beja	14	14	100%	12	86%	9	64%	4	29%
Braga	14	9	64%	10	71%	10	71%	6	43%
Bragança	12	11	92%	8	67%	5	42%	6	50%
Castelo Branco	11	9	82%	7	64%	4	36%	4	36%
Coimbra	17	14	82%	13	76%	7	41%	6	35%
Évora	14	12	86%	10	71%	11	79%	6	43%
Faro	16	12	75%	13	81%	12	75%	10	63%
Guarda	14	11	79%	6	43%	5	36%	5	36%
Leiria	16	14	88%	13	81%	6	38%	6	38%
Lisboa	16	12	75%	10	63%	10	63%	11	69%
Portalegre	15	7	47%	6	40%	8	53%	7	47%
Porto	18	15	83%	14	78%	12	67%	9	50%
Santarém	21	16	76%	16	76%	12	57%	12	57%
Setúbal	13	10	77%	7	54%	9	69%	9	69%
Viana do Castelo	10	3	30%	8	80%	10	100%	10	100%
Vila Real	14	9	64%	7	50%	6	43%	5	36%
Viseu	24	20	83%	14	58%	12	50%	8	33%
Açores	19	13	68%	13	68%	7	37%	3	16%
Madeira	11	4	36%	5	45%	4	36%	1	9%
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>230</b>	<b>75%</b>	<b>206</b>	<b>67%</b>	<b>171</b>	<b>56%</b>	<b>138</b>	<b>45%</b>

**Tabela 4: Tabela comparativa das taxas de resposta obtidas em cada distrito desde o 1º inquérito**

## CONCLUSÃO

Pese embora o número decrescente de respostas obtidas nos inquéritos levado a cabo pelo Grupo de Trabalho dos Arquivos Municipais da BAD ao longo destes anos, é possível depreender que há ainda um longo caminho a percorrer pelos arquivos municipais.

Não nos cabe aqui conjeturar acerca das razões que levam à falta de receptividade dos profissionais da informação, a exercer funções nos arquivos municipais, para dar resposta a este tipo de inquéritos. Contudo, é importante realçar que o contributo de todos é fundamental para podermos continuar a dar a conhecer e a atualizar, dentro do possível, os dados sobre estas unidades administrativas e culturais.

Considerando esse aspeto, talvez fosse importante pensar-se numa maior aproximação da BAD não apenas aos profissionais da área mas também às organizações,

designadamente às autarquias locais, com o intuito de sensibilizá-las para a importância dos profissionais de informação enquanto agentes facilitadores da mudança necessária à inovação como fator de competitividade das organizações, bem como de sensibilizá-las para a necessidade de formação na área.

É nessa conformidade que julgamos ser de toda a conveniência o estabelecimento de protocolos de cooperação entre a BAD e as Comunidades Intermunicipais no sentido de “oferecerem” formação creditada, de modo a contribuir para a (re)qualificação dos profissionais de informação (técnicos superiores e assistentes técnicos).

Posto isto, resta-nos terminar dizendo que é fundamental consciencializarmo-nos de que, no atual contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento: “O cientista da informação, o

*informatólogo ou à falta de melhor designação, o gestor de informação (...) Perfila -se, pois, não um mero animador ou agente cultural preso ao paradigma empírico-patrimonialista ainda dominante, mas como um interventor bem preparado tecnologicamente e firmado numa sólida base científico-social e humanística, podendo, assim, promover a optimização e a agilidade do fluxo informacional através da introdução e operacionalização integrada da tecnologia electrónica e digital aplicada ao processamento e à comunicabilidade da informação”* (SILVA; RIBEIRO, 2002).

DA ANPAD, 34, Rio de Janeiro, 2010. [em linha]. Rio de Janeiro: ANPAD. [Consult. 24 set. 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/apb857.pdf>>.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda – **Das “ciências” documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. Porto: Afrontamento, 2002. ISBN 972-360-622-4.

ZORRINHO, Carlos – **Gestão da Informação: condições para vencer**. [s.l.]: IAPMEI, 1995.

## REFERÊNCIAS

ALBERCH FUGUERAS, Ramon; Joan Boadas – **La función cultural de los archivos**. Euskadi: Gobierno Vasco, Departamento de Cultura, 1991. (Ikerlanak; 3).

BRITO, Elisabeth de Jesus Oliveira – **Gestão do conhecimento e qualidade como vectores de competitividade na Administração Pública Local**. [Em linha]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. Dissertação de doutoramento em Psicologia, na área de especialização em Psicologia das Organizações. [Consult. 23 out. 2014]. Disponível em WWW: <URL [https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18487/1/Tese\\_Brito,%20Elisabete.pdf](https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18487/1/Tese_Brito,%20Elisabete.pdf)>.

CARAPETO, Carlos; FONSECA, Fátima – **Administração pública: modernização, qualidade e inovação**. Lisboa: Edições Sílabo, 2014. 478 p. ISBN 978-972-618-575-8.

CASTELLS, Manuel – **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Vol. 1. ISBN 972-31-0984-0

CHOO, Chun Wei – **Gestão de informação para a organização inteligente: a arte de explorar o meio ambiente**. Lisboa: Editorial Caminho, 2003. ISBN 972-21-1506-5

HANSOTTE, Majo – **As inteligências cidadãs**. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. ISBN 978-972-771-937-2.

LEI nº 35/2014. Presidência da República. [Em linha]. **D.R. I Série**. 117 (2014-06-20) 3220-3304. [Consult. 13 out. 2014]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.spn.pt/Download/SPN/SM\\_Doc/Mid\\_115/Doc\\_3762/Anexos/35\\_2014\\_lei\\_trabalho\\_em\\_funcoes\\_publicas.pdf](http://www.spn.pt/Download/SPN/SM_Doc/Mid_115/Doc_3762/Anexos/35_2014_lei_trabalho_em_funcoes_publicas.pdf)>.

LÉVY, Pierre – **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era informática**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo (2005) – Do “efêmero” ao “sistema de informação”: a preservação na era digital. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas** [em linha]. Vol. 15, p. 63-178. [Consult. 13 set. 2012]. Disponível em WWW: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3083.pdf>>. ISSN 0873-5670.

ROCHA, Arlindo Carvalho – **Accountability: três modelos teóricos, três abordagens**. In ENCONTRO

